



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE GOIÁS - SINFARGO E, DE OUTRO LADO, O SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA NO ESTADO DE GOIÁS - SINAT, MEDIANTE AS CONDIÇÕES E CLÁUSULAS SEGUINTE:

Pelo presente instrumento de Convenção Coletiva de Trabalho que entre si fazem de um lado o **SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA NO ESTADO DE GOIÁS - SINAT**, inscrito no CNPJ sob o nº 01.641.083/0001-60, Rua 90, n.404, St. Sul, Goiânia - GO, através do seu representante legal Paulo Diniz, inscrito no CPF sob o nº 13.205.991-68 e de outro o **SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DE GOIÁS - SINFAR-GO**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.115.386/0001-87, situado na Rua 04, n. 515, Sl. 1617, Ed. Parthenon Center, St. Central, Goiânia - GO, através do seu representante legal Cadri Saleh Ahmad Awad, inscrito no CPF sob o nº 778.282.671-34 segundo as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula 1ª: DA ABRANGÊNCIA

O presente instrumento normativo aplicar-se-á às relações de trabalho existentes ou que venham a existir entre os estabelecimentos do comércio atacadista de medicamentos no Estado de Goiás e os farmacêuticos que forem por eles contratados para exercer ali sua profissão.

Cláusula 2ª: DA VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá duração de 01 ano, entrando em vigor em 1º de outubro de 2007 e terminando em 30 de setembro de 2008.

Cláusula 3ª: DA JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho será de segunda a sexta-feira, ou de segunda a sábado, conforme contrato avençado entre as partes:

Parágrafo único: Ficam criadas as jornadas de trabalho de 02 (duas) horas diárias e de 04 (quatro) horas diárias.

Cláusula 4ª: DO FARMACÊUTICO SUBSTITUTO

O Farmacêutico substituto perceberá o salário do substituído (especialmente no caso de férias ou licença por qualquer motivo).

Cláusula 5ª: DO SALÁRIO NORMATIVO

1
Cadri Saleh



A partir de 01 de outubro de 2007, fica assegurado ao farmacêutico e/ou responsável técnico um reajuste de 4,92% (quatro vírgula noventa e dois por cento) nos salários vigentes em setembro de 2007 e/ou o piso salarial de:

Jornada de Trabalho de até 20 (vinte horas - de segunda a sexta-feira) ou 24 (vinte e quatro horas - de segunda a sábado), conforme tabela abaixo:

HORAS	SALÁRIO PISO	JORNADA SEMANAL
02 horas diárias	R\$ 641,06	10 h (seg/sex)
02 horas diárias	R\$ 801,54	10 h (seg/sex) e 4 h Sábado
04 horas diárias	R\$ 1.282,12	20 h (seg/sex)
04 horas diárias	R\$ 1.441,60	20 h (seg/sex) e 4 h Sábado

Parágrafo Primeiro - Para jornada superior a estabelecida na presente Cláusula, o piso será majorado proporcionalmente ao número de horas que foram acrescentadas ao mês de trabalho na forma matemática adiante:

- (PARA JORNADA DE SEGUNDA SEXTA-FEIRA) = R\$321,06 x NÚMERO DE HORAS DIÁRIAS (PODENDO SER DE 6 OU 8 HORAS DIÁRIAS).
- (PARA JORNADA DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, COM ACRÉSCIMO DE QUATRO HORAS AOS SÁBADOS) = R\$ 321,06 x (multiplicado) NÚMERO DE HORAS DIÁRIAS (PODENDO SER DE 6 OU 8 HORAS DIÁRIAS), ACRESCIDO DO VALOR DE R\$ 159,48

Parágrafo Segundo - Não será permitido pagamento de salário inferior ao valor de R\$ 641,06 independentemente do número de horas inferior ao aqui estabelecido.

Cláusula 6ª : DO UNIFORME E EQUIPAMENTOS

Quando as empresas exigirem expressamente o uso de uniforme, assim entendido o vestuário padrão, com ou sem emblema, ficam obrigadas a fornecê-lo gratuitamente, sendo que o uniforme e outros equipamentos obrigatórios ao exercício regular da atividade serão fornecidos pelo empregador e são de sua propriedade, estando o empregado obrigado a mantê-los sob sua guarda e devolvê-los na situação em que se encontrarem, sempre que solicitados.

Cláusula 7ª : DO RECIBO DE PAGAMENTO SALARIAL

Ficam as empresas obrigadas a mencionarem na C.T.P.S. de cada funcionário, desdobramentos de todas as partes que compõe a remuneração, ou seja, salário fixo, adicionais, percentuais, gratificações ajustadas, sob pena de não ser considerado cumprido o pagamento da verba especificada.

Cláusula 8ª : DA TAXA ASSISTENCIAL

SINFAR-GO WWW.SINFARGO.ORG.BR
SINAT WWW.SINAT.COM.BR

2
Paulo Augusto



As empresas procederão ao desconto de 5% (cinco por cento) sobre a remuneração bruta mensal do empregado farmacêutico, anualmente, a título de contribuição assistencial do Sindicato, recolhendo-a em favor do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Goiás, dividida em 02 (duas) parcelas sendo a primeira de 3% (três por cento) no mês de outubro/2007 e 2% (dois por cento) no mês de novembro/2007.

Parágrafo 1º - Para os empregados sindicalizados admitidos após a data-base, o desconto será efetuado no primeiro pagamento seguinte, sendo que a empresa deverá recolher a contribuição em favor do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Goiás, num prazo máximo de dez (10) dias após o desconto em folha.

Parágrafo 2º - As empresas recolherão as contribuições no prazo acima, no prazo de (10) dez dias após o desconto em folha.

Parágrafo 3º - O recolhimento efetuado fora dos prazos previstos nesta cláusula, retidos pela empresa, obrigará o empregador ao pagamento de multa de 2% (dois por cento), além de 1% (um por cento) de juros ao mês.

Parágrafo 4º - Será garantido ao empregado, o direito de oposição ao desconto desta contribuição, devendo o mesmo manifestar-se individualmente e por escrito, até 10 (dez) dias após a efetivação do referido desconto.

Parágrafo 5º - A manifestação de oposição de que trata o parágrafo anterior poderá ser feita nas seguintes localidades:

- a) - na sede da entidade sindical, quando o empregado trabalhar no respectivo município;
- b) - perante a empresa, quando no município da prestação dos serviços não houver sub-sede ou delegado sindical, devendo a empresa repassá-la à entidade sindical respectiva, no prazo de 03 (três) dias.

Cláusula 9ª : **CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL**

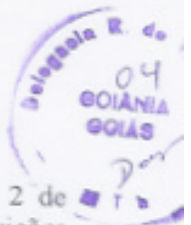
As empresas cujo Sindicato Patronal, representante da sua categoria econômica, seja signatário desta convenção, se obrigam a recolher ao respectivo sindicato, a CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA, prevista no artigo 8º, inciso IV da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral de cada Sindicato, prevista no mesmo dispositivo constitucional, fixará o valor da contribuição CONFEDERATIVA devida pelas empresas para o exercício de 2008.

Cláusula 10ª : **DA HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES**

As rescisões contratuais de empregados farmacêuticos, dispensados com mais de um ano na mesma empresa serão homologadas, obrigatoriamente, pelo Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Goiás.

Paulo Augusto



Parágrafo 1º - Além dos documentos determinados pela Instrução Normativa nº 2 de 12/03/1992, as empresas deverão apresentar as guias de recolhimento das Contribuições devidas ao Sindicato Laboral (SINFAR-GO) e ao Sindicato Patronal (SINAT).

Parágrafo 2º - Havendo recusa de homologação de rescisões, deverá o Sindicato laboral declinar os motivos da mesma, atestando o comparecimento da empresa para o acerto.

Cláusula 11ª : DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


As partes que celebram a presente Convenção se obrigam a promover ampla divulgação e publicação da mesma.

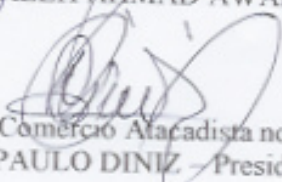
Cláusula 12ª : DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

As partes poderão instalar a Comissão de Conciliação Prévia, de acordo com a Lei 9.958, de 12.01.2000, desde que seja implantada na sede do Sindicato dos empregados.

E por estarem assim justos e acordados, assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho que será depositada na Delegacia Regional do Trabalho para o seu devido registro.

Goiânia, 17 de outubro de 2007.


Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Goiás
CADRI SALEH AHMAD AWAD - Presidente


Sindicato do Comércio Atacadista no Estado de Goiás
PAULO DINIZ - Presidente

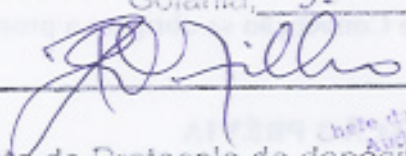

Hélio Capel Filho
Assessor Jurídico
OAB/GO Nº 17.819

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIÁS

Nos termos do artigo 614, da CLT, defiro o pedido de registro e arquivamento da convenção/acordo Coletivo de Trabalho/ Alterações, constantes do processo nº 46208-010064/2002

Registrado e Arquivado na DRT/GO sob nº 585602, às fls. 99 do livro nº 01/2002.

Goiânia, 31 / 10 / 2002



Paulo Gama Lyra Filho
Chefe da Seção de Relações do Trabalho - DRT/GO
Auditor Fiscal do Trabalho - CPF 01305-4

Data do Protocolo de depósito 29 / 10 / 2002